

ANÁLISE REPRESENTATIVA A PARTIR DO ESPAÇO CONFERIDO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NOS SITES INSTITUCIONAIS DAS PREFEITURAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gerson Moreira Ramos Junior¹
Meri Nadia Marques Gerlin²

Resumo: O presente artigo analisa o cenário de invisibilidade das Bibliotecas Públicas nos municípios do Estado do Espírito Santo. Para tanto, adota-se a metodologia empírica de pesquisa exploratória e analítica dos sites institucionais das prefeituras de 78 cidades capixabas, procurando identificar como as bibliotecas públicas municipais são retratadas institucionalmente no espaço virtual. Busca-se com essa análise, traçar um panorama sobre a invisibilidade das bibliotecas públicas municipais no âmbito da administração pública municipal no Estado do Espírito Santo, analisando o espaço – ou, não espaço – que tais aparelhos possuem nos sites institucionais das prefeituras no que tange a publicidade e fomento das potencialidades das bibliotecas públicas municipais.

Palavras- chave: Biblioteca Pública; Administração Pública; Invisibilidade; Potencialidade.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma era de profusão informacional potencializada pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC), tanto na criação de conteúdos quanto na sua disponibilização, o que proporciona avanços singulares nos diversos campos do saber. Contudo, resulta também em desinformação à medida que os conteúdos passam a ser produzidos e difundidos sem a adequada mediação que o trabalho do profissional bibliotecário pode e deve oferecer à sociedade.

O desafio nesse novo contexto social é atuar amplamente na mediação da informação, fazendo da biblioteca um espaço global e não mais um lugar de guarda da informação e do conhecimento, apenas. Busca-se, desse modo, traçar um panorama sobre a invisibilidade das bibliotecas públicas municipais no âmbito da administração pública municipal no Estado do Espírito Santo, analisando o espaço – ou, não espaço – que tais aparelhos possuem nos sites institucionais das prefeituras, no que tange a publicidade e fomento das Bibliotecas Públicas nos municípios do Estado do Espírito Santo (BPMs).

¹ Especialista em Oratória Transversalidade e Didática da Fala na Formação de Professores, Licenciado Pleno em História, Mestrando em Ciência da Informação e Graduando em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: g.ramosjunior@gmail.com.

² Doutora em Ciências da Informação, Dinter (UnB/UFES). Professora do Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: meri.gerlin@ufes.br



Objetiva-se com essa pesquisa analisar o cenário de invisibilidade das Bibliotecas Públicas nos municípios do Estado do Espírito Santo, identificando se é dada publicidade e espaço às BPMs conferindo-lhe representatividade e equidade em relação aos demais serviços públicos neste ambiente institucional.

Para tal finalidade avaliamos se: é conferido espaço para as bibliotecas na página principal dos sites das prefeituras municipais do Estado do Espírito Santo e, por conseguinte, se é conferido espaço para as bibliotecas em páginas periféricas dos sites das prefeituras municipais do Estado do Espírito Santo. Entendemos assim a pertinência de discutir os efeitos da narrativa neoliberal nas administrações públicas municipais (APMs) e como essa narrativa converge para a precarização das BPMs.

Para que reconhecendo as estruturas que nos silenciam, sejamos capazes de vislumbrar uma via que passe pelo entendimento da relevância das BPMs e seus processos de mediação da informação na sociedade, estabelecendo-a como instituição mediadora da informação com capacidade interventiva na dinâmica informacional dos municípios constantes no grupo amostral desta pesquisa.

Com o esforço de pesquisa buscou-se aferir o espaço de representatividade que é legado às BPMs, dentro do contexto da administração pública municipal, entendendo que somente o trabalho colaborativo entre as instâncias governamentais e as BPMs pode ser capaz de criar um movimento de valorização das atribuições da biblioteca e do profissional bibliotecário no âmbito da administração pública municipal.

2 A TEORIA ALINHADA COM O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

As bibliotecas públicas guardam no imaginário do senso comum, uma aura de erudição e local de guarda do conhecimento humano, numa perspectiva elitista e pouco alinhada com o projeto de biblioteca dinâmica e atenta as pujantes alterações da sociedade do século XXI. Reservar-se a esse papel, que opera numa lógica excludente e elitista no trato da informação, destoa dos desafios que as bibliotecas públicas precisam enfrentar no desenvolvimento e formação dos cidadãos no intuito de combater o *establishment*³ econômico que assevera desigualdades sociais e exclui sujeitos do pleno exercício da cidadania.

Conforme preconiza a IFLA, as bibliotecas são em sua verdadeira essência instituições transparentes, dedicadas a colocar à disposição de cada um e de todos, as informações educacionais, científicas, técnicas e socialmente mais relevantes, mais acuradas e imparciais. Os materiais de informação e acessos providos pelas bibliotecas e os serviços de informação contribuem para o bom governo aumentando o conhecimento dos cidadãos e enriquecendo suas discussões e debates. As bibliotecas e os serviços de informação devem ampliar sua missão de modo a se tornarem componentes mais ativos do bom governo e na luta contra a corrupção. Em particular eles podem desempenhar um papel significativo informando aos cidadãos sobre seus direitos e garantias (IFLA, 2008).

³ Aqui estamos considerando *establishment* como à ordem ideológica, econômica e política que constitui uma sociedade, no caso, a sociedade capitalista.



Em vista do que é apontado pelo *Manifesto IFLA sobre Transparência, bom governo e combate a corrupção* (IFLA, 2008) a biblioteca pública deve ampliar a sua missão ao contribuir com o governo e, desse modo, com a garantia dos direitos dos cidadãos. Todavia, a realidade brasileira se mostra ineficaz nesse sentido, pois, temos uma política pouco efetiva de desenvolvimento das ações públicas no âmbito municipal que de fato integrem as bibliotecas e as vejam como protagonistas nas ações comunicativas entre Prefeituras e seus municípios.

Conforme constatado no *Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais* (2010), realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a pedido do Ministério da Cultura,

[...] as bibliotecas públicas usufruem de políticas de governo, marcadas pela falta de continuidade nas ações e pela inexistência de ações planejadas e prontas para serem adotadas, principalmente, por parte dos governos municipais e estaduais que ainda não enxergam as bibliotecas públicas para além de um espaço apenas de guarda de livros e pesquisa, e por isso, há enormes lacunas quanto aos investimentos no que se refere aos eixos: espaço físico, acervo, mediação e gestão dessas unidades de informação.

Aliado a isso, tem-se também os espaços físicos inadequados, os acervos desatualizados, associados ainda à falta de formação continuada para as equipes, além da ausência de planos de gestão para os espaços e, sobretudo, a ausência de políticas públicas estruturantes e permanentes para o segmento, são os aspectos marcantes da história das bibliotecas públicas brasileiras (MENDES, 2013, p. 52).

O esforço atual é o de apresentar as BPMs como os aparelhos da administração pública capazes de prover a população desse serviço. Posto isso, urge debruçarmo-nos sobre as BPMs como espaços facilitadores do diálogo com todas as áreas da administração pública e, apresentá-las como interlocutoras entre as ações da administração pública direta e a população é uma proposta que corrobora com a agenda das bibliotecas do século XXI.

A biblioteca pública, assim como a escola, a delegacia e o centro de saúde, é um serviço público tradicional e conhecido do morador da cidade. Isso não significa que seu papel esteja claro e tampouco seja imutável. Qual o papel da biblioteca pública em cidades onde as necessidades de cada região diferem substancialmente? Quais as medidas a serem implementadas que coloquem a biblioteca mais sintonizada com os interesses de uma população heterogênea, que tem em seus anseios convergências e contradições? Um sistema democrático de acesso à informação e à leitura deve respeitar a diversidade de interesses e abrir possibilidades de integração do indivíduo no campo decisório desse sistema (PINHEIRO, 2009, p. 27).

Considerando os desafios sociais que se impõem no Brasil, cabe-nos entender e avaliar criticamente as ações que estão sendo tomadas pelo Estado brasileiro para integrar as BPMs à agenda internacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob o mote de propiciar que as bibliotecas atuem como um espaço de construção da cidadania, para que a necessidade expressada por Pinheiro (2009) não seja subvertida em interesses privatistas

Justamente no momento em que a informação ocupa um papel muito importante na correlação de forças da sociedade, a biblioteca aparece como uma instituição totalmente sintonizada com os interesses mais prementes da população. A demanda por informação, a formação de leitores e a necessidade de fruição de um espaço cultural são fatores que colocam a biblioteca e seus mediadores

(bibliotecários e demais funcionários) como itens de vital importância para a vida de uma cidade. Porém, para fazer jus a essa condição, a biblioteca pública precisa passar por correções de rumo e pela adequação de seus serviços (PINHEIRO, 2009, p. 28-29).

Nesse sentido, o caminho a ser percorrido nos leva a integração das BPMs aos programas de governo estabelecendo novas aplicações as práticas biblioteconômicas, através, de uma paulatina mudança na cultura dessas estruturas administrativas – e da sociedade como um todo –, de modo a, evidenciar a potência mediadora presente nas BPMs, quando demandadas adequadamente e quando inseridas nas práticas governamentais e administrativa de forma efetiva e comprometida com a formação de cidadãos hábeis no tratamento reflexivo da informação. Ou nas palavras da IFLA

O desenvolvimento de habilidades em informação e a aprendizagem permanente têm uma relação estratégica e de apoio mútuo, o que traz como resultado uma situação crítica para todo indivíduo, organização, instituição ou nação-estado na sociedade global de informação. Estes dois modernos paradigmas deveriam, de forma ideal, estar unidos para trabalhar de forma uníssona e sinérgica, um com o outro, se as pessoas e as instituições precisam sobreviver e competir no século 21 e futuramente. (IFLA, 2008).

Para além das ações realizadas no âmbito da disseminação da informação, preservação do patrimônio cultural e no campo do desenvolvimento das habilidades informativas à comunidade bibliotecária cabe o exercício de retirar a biblioteca do limbo em que ela se encontra, num entre lugar com a educação, a cultura, a administração. Precisamos nos fazer caminho para

[...] que a biblioteca pública, de maneira mais comprometida e ativa, acompanhe o indivíduo e a comunidade organizada em direção a uma leitura crítica da realidade, a partir do debate público dos temas que a afetam, com vistas a uma participação consciente em sua transformação. (CASTRILLÓN, 2011, p. 84).

Na natureza pública e, portanto, acessível a todos reside o componente transformador das bibliotecas e da práxis bibliotecária. A potência transformadora de realidades presente nesses espaços, sua capacidade de propiciar momentos de olhar crítico aos cidadãos, de distanciamentos reflexivos de sua realidade. Pinheiro (2009) expõe que essa instituição social deve levar em consideração o perfil e as necessidades da população atendida:

A condução da biblioteca pública rumo aos interesses e necessidades da população passa principalmente por uma análise do perfil dessa população. Questões como: 1 - quem é essa população; 2 - como a população vê a biblioteca pública nesse momento; 3 - quais suas demandas informacionais e também suas necessidades de fruição; 4 - que biblioteca essa população quer para si? (PINHEIRO, 2009, p. 28-29).

O cenário dá a mostra dos desafios que se impõem para a BPM quando esta se propõe ser um ambiente que cumpra a missão que tem no centro o seu usuário e, ao mesmo tempo, em que requer se transformar num espaço de integração e confluência no contexto da administração pública municipal. Trata-se de uma proposta de mudança paradigmática nas práticas e atribuições conferidas às bibliotecas públicas, aqui definimos como proposta alinhada com ideia desenvolvida por Santos Neto (2019):

[...] Acredita-se que um novo paradigma não é imposto ou criado, mas proposto para uma determinada área. Esta, quando reconhece e valoriza o potencial daquilo que lhe foi apresentado para se tornar um paradigma, determina se ele pode se tornar um ou não. (SANTOS NETO, 2019, p. 67).

Não tratamos, entretanto, de algo novo nos campos, Biblioteconomia e Ciência da Informação, que já discute sua atuação sobre a égide de uma perspectiva paradigmática pós-custodial, onde se observa que

[...] a preocupação pela custódia e a do documento é secundarizada pelo estudo científico e pela intervenção teórico-prática na produção, no fluxo, na difusão e no acesso (comunicação) da informação (representações mentais e emocionais que podem estar em diversos suportes e em mutação constante) (SILVA, 2016 *apud* SANTOS NETO, 2019 p. 69).

Porém, tratamos de algo que ainda não se demonstra na vivência cotidiana da maioria das BPMs da amostra analisada, ao identificar que 82,05 %, não têm representatividade nos sites institucionais das prefeituras municipais do Estado do Espírito Santo. Esse dado indica que as bibliotecas, possivelmente, não sejam entendidas pela administração pública como instituições que encontraram campo fértil para desenvolverem práticas que fujam da orientação do paradigma custodial que pautavam a atuação do profissional no século passado.

[...] identifica-se com a Modernidade, pois nasce nela, sob a égide do desenvolvimento e da consagração da História, das instituições memorialísticas e custodiadoras geradas pelo Estado-Nação e incorporadas mais tarde (depois da II Guerra Mundial) no Estado Cultural, tais como Arquivos, Bibliotecas e os Museus e do pendor técnico/tecnicista ou procedimental, apurado ao longo do séc. XX, dos profissionais criados por esse tipo de instituições ou serviços (SILVA, 2006, *apud* SANTOS NETO, 2019, p. 69).

Devemos, ao assumirmos pesquisas numa perspectiva crítica pós-custodial, termos a sensibilidade de irmos a campo com objetivos de pesquisa que estabeleçam pontes entre as BPMs públicas, plurais e potências transformadoras junto à sociedade ao contribuir para que as BPMs cartografem potencialidades, estabeleçam confluências que caminhem para a ocupação dos espaços de mediação da informação junto à sociedade, em consonância com uma perspectiva reorientada para o “[...] estudo da biblioteca como um sistema de informação (dotada de procedimentos e funcionalidades específicas) e, por outro, como instituição social e educativa” (RENDÓN, 2005a *apud* ARAÚJO, 2010, p. 179).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Ao analisar a presença das Bibliotecas Públicas Municipais nos sites institucionais das prefeituras das 78 cidades capixabas, buscando pistas que nos conduzissem a uma compreensão dos processos e relações que permeiam o cenário de invisibilidade das BPMs no âmbito da Administração Pública Municipal, foi adotada a metodologia empírica de pesquisa exploratória e análise nos sites institucionais das prefeituras das 78 cidades capixabas, buscando identificar como as bibliotecas públicas municipais são representadas nos sites institucionais dessas prefeituras.

A partir da metodologia exploratória apresentamos um mapa situacional da natureza da questão que a presente pesquisa aborda. A análise das realidades verificadas na incursão exploratória fornece pistas dos caminhos a serem percorridos, das questões implicadas e dos problemas que se apresentam. Nossa perspectiva interpretativa para o método encontra consonância com a definição de pesquisa exploratória encontrada em Gil (2007), ao expor que “Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Há, no entanto, necessidade de estabelecer as marcações que irão desvelar essas pistas, que o conduzirá no campo de pesquisa com alguns olhares que orientem suas observações e permitam uma coleta profícua e heterogênea, capaz de substanciar o processo de análise dos dados e, a partir dele, as inferências futuras à luz dessas informações e do levantamento da base teórica.

Por essa razão a escolha de selecionar como corpus de pesquisa, inicialmente, apenas os sites institucionais das Prefeituras Municipais do Estado do Espírito Santo, por se tratar da primeira incursão no campo de pesquisa em busca mais por suscitar perguntas. Nossa estratégia foi buscar nos sites institucionais dessas prefeituras informações sobre a Biblioteca Pública, tais como, nome, endereço, horário de funcionamento, história, serviços ofertados, consultas online, qualquer informação que indicasse um espaço legado a biblioteca pública municipal nesse ambiente.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Nessa produção de dados, verificou-se que 64 dos 78 municípios capixabas, 82,05% da amostra, não garantem espaço sistemático para que as atividades das bibliotecas sejam apresentadas de forma regular. Não é dada visibilidade às BPMs nas páginas institucionais dessas prefeituras. Em 4 dos 78 municípios, 5,13% da amostra, a única informação disponibilizada refere-se ao contato telefone da Biblioteca Pública sem referência a serviços prestados, acervo, história da instituição. Em 1 município, 1,28% da amostra, é mencionado o nome da biblioteca apenas. Em 8 municípios, 10,26% da amostra, é dado algum destaque as BPMs, indicação da história da BPM, ações desenvolvidas, agenda cultural, no âmbito da página institucional das prefeituras. Em 1 município, 1,28% da amostra, a página da prefeitura na internet estava em manutenção e não foi possível analisá-lo.

A constatação que a análise empírica apresentou, coaduna com a percepção heurística de que as bibliotecas públicas municipais são espaços não representados nos ambientes institucionais das prefeituras. Quando representadas são, em sua maioria, pouco conectadas com as ações das prefeituras no âmbito da administração direta e prioritariamente vinculadas à área de cultura, educação e lazer – essas áreas são

essenciais, todavia, entendemos que as demandas informacionais contemporâneas exigem colaboração e transversalidade entre todas as áreas da gestão pública, a fim de caminharmos na direção da plena cidadania.

Os dados produzidos nesta etapa de pesquisa evidenciaram um processo de invisibilidade pelo qual passa as BPMs, há um horizonte a ser explorado para podermos definir quais as variáveis contribuem fundamentalmente para esse processo, nos limites desse artigo limitaremos esse horizonte a duas variáveis a representatividade – neste caso sua ausência, evidenciada pelo levantamento desses primeiros dados, nos mostram mesmo que superficialmente que a representatividade das bibliotecas no âmbito da administração pública é, no mínimo, negligenciada.

As linhas que se entrelaçam nesse emaranhado que levam falta de representatividade das bibliotecas no âmbito da administração pública confluem para a alienação, aqui abordada numa perspectiva crítica instada em Habermas,

Na teoria de Habermas é alienado todo o sujeito que não participa da esfera pública de modo consciente. O ato produtivo será voltado, no contexto comunicacional, para a produção do consenso normativo mais do que na reprodução do sistema. A reprodução ideológica é alienante. A ética do discurso incorpora uma normatividade (ALVES; MELLO, 2016, p. 107).

A biblioteconômica padece de uma falta de “prestígio” social, pois vivemos numa sociedade em que o discurso ideológico normativo, orientado pelo capital, predomina sobre qualquer outro sentido da vida. O pragmatismo que orienta a formação educacional limita a percepção de que, em apenas algumas áreas, é possível desenvolver trabalhos de relevância, pois relevância aqui está vinculada, prioritariamente, a produção orientada para o capital.

A ideologia tecnocrática, segundo Habermas (1990), é “[...] muito mais indevassável que as do passado, porque ela está negando, na verdade, a própria estrutura da ação comunicativa, assimilando a ação instrumental”. O discurso técnico estruturante permeia toda ação, não propiciando espaço para um agir não orientado exclusivamente para racionalização do mundo da vida. Essa lógica em que opera a ideologia da técnica estruturante age, diretamente, na falta de representatividade desses aparelhos de cultura, por uma óbvia razão,

[...] o ser alienado já não problematiza a realidade e isso favorece os discursos ideológicos e consequentemente o sistema de poder. Discursos políticos e religiosos, por exemplo, servem para manobrar e “aquietar” uma população consciente e comprometida com seus direitos em uma sociedade. (ALVES, Alexandre Marcos; MELLO, Lencina Paloma, 2016, p. 107-108).

A narrativa tecnocrática neoliberal que se pretende orientadora de um novo modelo de administração pública, pautada na eficiência produtiva e na gestão, não concebendo um Estado forte e promotor de uma organização social não orientada, exclusivamente, pela racionalização do Mundo da Vida. É a narrativa que, paulatinamente, vem se impondo como o modelo de gestão ideal às APMs.

Para Diefenbach (2009) é necessária reflexão sobre os efeitos da New Public Management na ambiência das organizações públicas, haja vista, seu poder discursivo de convencimento e encantamento, pois, operar organizações públicas numa perspectiva exclusivamente mercadológica precariza os serviços públicos e pauperiza a vida dos cidadãos

A biblioteca como potência é possível a partir de sua capacidade de ser espaço para o pensamento crítico, para a troca interativa entre os cidadãos, como concluem Alves e Mello (2016) “[...] é somente através do Agir Comunicativo que os indivíduos podem resistir à instrumentalização das relações, aos discursos ideológicos e a alienação sócio-política”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não intenta esse artigo, com base nessa produção de dados e a partir desse primeiro resultado aferido, tecer conclusões inflexíveis acerca da invisibilidade das BPMs nos municípios do Espírito Santo, já que esse é um esforço maior que demanda adentrar com minúcia nos múltiplos veios que permeiam as relações das bibliotecas públicas com a sociedade.

Assim posto, o resultado da análise do atual cenário de invisibilidade das BPMs deve ser considerado perante a análise que fora realizada nos sites das Prefeituras Municipais, ao levar em consideração o pragmatismo que permeia as relações com o mundo, com o meio ambiente, com a sociedade, com a educação, com as artes, nas quais as motivações precisam ser determinantemente práticas, voltadas para a realização de uma função econômica.

Essa opção traz perdas significativas para a sociedade, devido à capacidade das BPMs incidirem sobre essa sociedade na perspectiva que defendemos nessa produção, estabelecendo-se como arenas informativas, comunicativas e mediando as inter-relações informativas considerando os complexos movimentos de conectividade dos indivíduos, sendo necessárias para solidificar os acessos às bases de conhecimento local e às demais fontes de informação e conhecimento disseminadas na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, negligenciar a utilização dessa potência presente bibliotecas públicas municipais nesse momento recrudescido e persecutório pelo qual passamos é negar, em última instância, a tradição libertária da Sociedade Democrática de Direitos a qual essa unidade informação social se mostra protagonista em termos da prática cotidiana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Informação e Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173-189, jan./jun. 2010.

ALVES, A. M., MELLO, L. P. Consciência Social, Comunidade Ética e Crítica da Alienação em Habermas. **Aufklärung** – Revista de Filosofia, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 101-112, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/arf/article/view/30417>. Acesso em: 28 abr. 2020.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

DIEFENBACH, Thomas. New Public Management in public sector organizations: the dark sides of managerialistic ‘enlightenment’. *Public Administration*, v. 87, n. 4, p.892-909, 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9299.2009.01766.x>. Acesso em: 23 jan. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Habermas: sociologia**. Organização de Barbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet e coordenação de Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1990.

IFLA. Manifesto IFLA sobre Transparência, bom governo e combate a corrupção. 2008. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/ifla-manifesto-on-transparency--good-governance-and-freedom-from-corruption>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MENDES, G. Bibliotecas Públicas Municipais Brasileiras: Desafios da Gestão Pública. **Revista Gestão Pública Prática e Desafios**, v. 6, n. 2, out., 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/view/1188>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SANTOS NETO, J. A. dos. **O Estado da Arte da Mediação da Informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp Marília), Faculdade de Filosofia e Ciências, São Paulo, 460 p., 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181525>. Acesso em: 26 abr. 2020.

REPRESENTATIVE ANALYSIS FROM THE MUNICIPAL PUBLIC LIBRARIES IN THE INSTITUTIONAL SITES OF THE MAYORS OF THE STATE OF ESPÍRITO SANTO

Abstract: This article analyzes the visibilities scenario of Public Libraries in the municipalities of the State of Espírito Santo, identifying whether publicity and space is given, giving it representativeness and equity in relation to other public services in this institutional environment. For this purpose, the empirical methodology of exploratory and analytical research of the institutional websites of the prefectures of 78 cities in Espírito Santo is adopted, seeking to identify how the municipal public libraries are portrayed institutionally. With this analysis, we seek to provide an overview of the invisibility of municipal public libraries within the scope of municipal public administration in the State of Espírito Santo, analyzing the space - or, not space - that such devices have on the institutional websites of city halls regarding advertising and promoting the potential of municipal public libraries.

Keywords: Public Library; Public administration; Invisibility; potentiality.

